

A DIFÍCIL GERAÇÃO “ NEM NEM”, COMO A POLÍTICA PÚBLICA DO PROJovem PODE ALCANÇÁ-LOS?

Talita Larissa dos Santos¹

RESUMO

Cada vez mais aumenta o número de jovens ociosos no Brasil, denominados Geração Nem Nem, o que sinaliza a importância da atenção por parte do Setor Público, instituições dinamizadoras, setores de impacto e demais frentes da sociedade civil para a implementação de mecanismos que diminuam esses indicadores sociais. Isto posto, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) surgiu em virtude da inquietação por parte do Poder Público Federal em virtude da demasiada demanda por oportunidades nas áreas de emprego e renda para o público alvo compreendido entre os 18 e 29 anos.

Palavras-chave: Jovens; Emprego; Renda; Nem Nem; ProJovem;

SUMMARY

The number of idle young people in Brazil, called Geração Nem Nem, is increasingly increasing, which signals the importance of attention on the part of the Public Sector, dynamic institutions, impact sectors and other fronts of civil society to implement mechanisms that reduce these social indicators. That said, the National Youth Inclusion Program (ProJovem) emerged due to concern on the part of the Federal Public Power due to the excessive demand for opportunities in the areas of employment and income for the target audience between 18 and 29 years old.

Keywords: Young people; Job; Income; Neither nor; ProJovem;

¹ Advogada OAB/AL - E-mail: talitalarissadss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinadas aos jovens são fundamentais para o desenvolvimento social. O Brasil é um país demasiadamente desigual, com aumento expressivo de jovens em condição de vulnerabilidade social, a qual não são apresentadas opções para tirá-los da ociosidade, bem como fornecer ferramentas de capacitação para que esse jovem seja inserido no mercado de trabalho.

Com efeito, são necessárias medidas que incentivem a inclusão social e a igualdade de oportunidades para tais jovens, eclodindo o papel importante das políticas públicas em prol da capacitação e da viabilização de jovens no mercado de trabalho, bem como a concessão de auxílio financeiro visando uma maior autonomia desse jovem brasileiro.

A abordagem integral para os jovens inclui promoção da saúde mental, participação cívica e cultural, e consciência ambiental, fortalecendo os alicerces para um futuro sustentável. Ao investir em políticas públicas, as sociedades buscam não apenas crescimento econômico, mas também uma base sólida para a democracia e coesão social.

A participação ativa dos jovens na vida política é vital, enquanto iniciativas culturais enriquecem a diversidade e oferecem formas valiosas de expressão. Prevenir violência e criminalidade entre jovens é crucial para comunidades seguras. Políticas de sustentabilidade e consciência ambiental entre jovens promovem responsabilidade social, contribuindo para um futuro equilibrado e saudável.

Um campo de estudo de grande relevância é aquele que se dedica à análise da relação entre juventude, trabalho e desenvolvimento, abordando questões vinculadas ao emprego, transição para o mercado de trabalho, educação, desigualdades sociais e impacto nas comunidades. A análise conduzida por autores como Cardoso (2013), em geral, se concentra em explorar de que maneira as condições de trabalho influenciam os jovens, as oportunidades que se apresentam a eles e como esses fatores contribuem para o desenvolvimento econômico e social.

2. A GERAÇÃO “ NEM NEM”

Em síntese, as políticas públicas para os jovens abrangem uma variedade de áreas essenciais, desde a educação e empregabilidade até a participação cívica e ambiental. Ao priorizar o desenvolvimento integral dos jovens, as sociedades estão investindo não apenas em indivíduos, mas também na construção de um alicerce sólido para um futuro mais inclusivo, sustentável e harmonioso, conforme Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013).

Ainda utilizando a linha de pensar dos autores Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013), é evidente a partir da análise que características como o gênero feminino, a maternidade, a baixa escolaridade e a renda domiciliar reduzida estão intrinsecamente ligadas à propensão de integrar o grupo conhecido como "nem-nem". Além disso, a investigação revela que ser mulher, ter responsabilidades maternas, possuir um nível educacional inferior e uma situação financeira desfavorável são fatores determinantes que estão fortemente correlacionados com a probabilidade de pertencer a essa categoria específica.

Reiterando os autores, Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013), no contexto desse estudo, observa-se que mulheres, mães, indivíduos com baixa escolaridade e famílias de baixa renda estão mais propensos a serem classificados como parte do grupo nem-nem. A análise aprofundada destas variáveis sugere uma conexão significativa entre tais características demográficas e a condição de não estar envolvido nem no mercado de trabalho nem no sistema educacional.

Este estudo indica claramente que fatores sociais e econômicos desfavoráveis estão fortemente associados à condição nem-nem, destacando a importância de abordagens abrangentes para enfrentar essas desigualdades estruturais e promover uma participação mais equitativa na sociedade, como preceitua os autores Camarano e Kanso (2012) e Monteiro (2013)

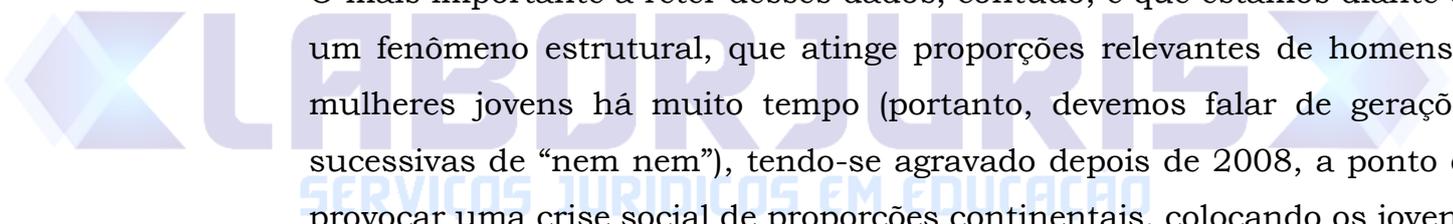
Consoante Costa e Ulysea (2014):

Porém, a expressiva redução na proporção de nem-nem observada entre 1992 e 2009 esteve fortemente concentrada entre as mulheres, especialmente aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola observada nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição de nem-nem,

entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para homens e mulheres, e foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais.

Isto posto, a considerável diminuição na proporção de jovens que não trabalham e nem estudam, identificada entre 1992 e 2009, concentrou-se de maneira significativa nas mulheres, especialmente aquelas que são mães. Este fenômeno reflete uma notável melhoria na participação dessas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente educacional ao longo das últimas duas décadas. Já o recente aumento no número de jovens nessa condição, observado entre 2009 e 2012, afetou tanto homens quanto mulheres, sendo mais acentuado entre aqueles com menor nível educacional, baixa renda familiar e residência em áreas rurais.

Isto posto, conforme Cardoso (2013):



O mais importante a reter desses dados, contudo, é que estamos diante de um fenômeno estrutural, que atinge proporções relevantes de homens e mulheres jovens há muito tempo (portanto, devemos falar de gerações sucessivas de “nem nem”), tendo-se agravado depois de 2008, a ponto de provocar uma crise social de proporções continentais, colocando os jovens, uma vez mais, no centro da contestação à ordem econômica global e suas instituições de sustentação, nacionais e supranacionais.

O fragmento acima analisa o fenômeno estrutural enraizado na sociedade em virtude do recorte de gênero, prejudicando predominantemente as mulheres jovens na condição de “nem nem”. No decorrer das Geração X, Millennials ou Geração Z, essa realidade havia progredido em virtude do aumento de mulheres alçando o mercado de trabalho, bem como em virtude da taxa de fecundidade global ter diminuído no decorrer das décadas entre as mulheres mais jovens, no transcorrer das gerações acima citadas.

Ainda, sobre a diferença de gênero, Monteiro (2013) pontua que:

Dessa forma, a estabilidade do número médio de jovens na condição nem-nem mascara uma forte diferença entre gêneros. Enquanto mulheres com filho representam a grande maioria desses jovens, o aumento de sua participação no mercado de trabalho tem puxado a taxa de inatividade para baixo. Se a participação dos homens e das mulheres sem filhos não tivesse sido alterada, o percentual de jovens na condição nem-nem teria caído 2,4 pontos percentuais por causa da redução do número de mulheres com filho (efeito-composição) e do aumento da participação na PEA das mulheres com filhos (efeito-nível). Essa queda no percentual de mulheres com filhos na condição nem-nem foi contrabalanceada, sobretudo, por um aumento da inatividade entre os homens e fez com que no agregado, a redução do percentual de Nem-nem fosse de apenas 0,7 pontos percentuais.

Isto posto, o fragmento acima realça a estabilidade no número médio de jovens "nem-nem", evidenciando uma diferença marcante entre os gêneros. Logo, mulheres com filhos formam a maioria, considerando o seu aumento no mercado de trabalho, reduzindo a taxa de inatividade. Considerando a participação de homens e mulheres sem filhos não tivesse mudado, a redução na taxa de jovens "nem-nem" teria sido maior.

Porém, especialmente após 2008, houve uma crise social de proporções continentais que reacendeu os indicadores das gerações “nem nem” ao redor do planeta. Assim sendo, ainda conforme Cardoso (2013):

A condição social de interesse é fruto de história, circunstâncias atuais e escolhas que não são adequadamente mensuradas nas pesquisas domiciliares. Qualidade do ambiente familiar, estrutura do mercado de trabalho, estrutura da oferta educacional, preferências pessoais ou projetos de vida, nada disso é coberto pelos censos demográficos. Tudo o que podemos fazer é construir medidas aproximadas a partir dos dados disponíveis, e tecer, a partir dessas aproximações, hipóteses sobre as condições subjacentes às práticas dos jovens (como a disposição para se mobilizarem ou não para mudar o destino coletivo de uma eventual “geração nem nem”).

Com isso, o texto enfatiza a pluralidade da condição social, frisando fatores como a história, circunstâncias atuais e escolhas não são devidamente coletadas, podendo escapar, muitas questões subjetivas que o censo demográfico não consegue captar.

O fragmento acima corrobora com a complexidade das motivações que levam os jovens à condição "nem-nem". Destaca a necessidade de visibilidade dessas situações para informar políticas públicas eficazes e ressalta a importância de abordagens personalizadas para apoiar os jovens em suas circunstâncias específicas.

Considerando Costa e Ulyssea (2014):

O desenvolvimento social e econômico de um país depende em grande parte do capital humano de sua população jovem, que é em larga medida determinado pelo acesso à educação formal e pela experiência no mercado de trabalho. No entanto, em relatório recente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que aproximadamente dois terços da população jovem em países em desenvolvimento encontram-se desempregados, empregados informalmente, inativos ou sem estudar (OIT, 2013). Da mesma forma, os jovens de países desenvolvidos estão expostos a situações de vulnerabilidade: em países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um em cada seis jovens não possui emprego, não está estudando ou realizando treinamento (OIT, 2013)

Portanto, o trecho explora o valor do capital humano jovem para o desenvolvimento socioeconômico, influenciado por educação e experiência profissional. Todavia, relatórios da OIT indicam que, tanto em países em desenvolvimento quanto desenvolvidos, significativas parcelas da juventude enfrentam desafios de se posicionar no mercado de trabalho, não encontrando amparo nos atuais moldes de mercado para a referida faixa.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS JOVENS - ANÁLISE DO PROJovem

No Brasil, visando integrar e transversalizar políticas para jovens, as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) federais, com dimensões universais, atrativas e exclusivas, foram centralizadas

na Presidência da República, não em ministérios setoriais. Sendo assim, conforme Rocha e Andrade (2009):

No Brasil, levando-se em conta o fato de as PPJs, em nível de governo federal, possuírem dimensões diferenciadas – universais, atrativas e exclusivas –, optou-se pela localização do órgão de juventude na Presidência da República, e não em um ministério setorial. Esta foi uma estratégia para melhor promover a integração e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações. Assim, no espaço da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), em 2005, o governo brasileiro criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o ProJovem original, realizado em gestão compartilhada entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sob a coordenação da SNJ/SGPR.

O ProJovem é um programa brasileiro de inclusão para jovens, iniciado em 2005 sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na Presidência da República. O programa integra políticas para jovens, envolvendo colaboração entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Focado em oportunidades educacionais e profissionais, o ProJovem busca abranger diversas dimensões das Políticas Públicas de Juventude.

O referido programa é bastante abrangente, visando a inclusão e desenvolvimento de jovens brasileiros, contemplando diversas áreas importantes. Sendo assim, o programa oferece formação no ensino fundamental, proporciona cursos profissionalizantes, capacitando os participantes para o mercado de trabalho.

No mais, há a inclusão de aulas de informática, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades digitais, essenciais na sociedade. Para mais, visando uma maior autonomia do jovem, o programa apoia financeiramente os jovens durante o processo, o ProJovem disponibiliza um auxílio de R\$100,00 (cem reais) por mês ao longo de 18 meses. Tal integração, não busca apenas a educação formal, mas também a capacitação profissional e o suporte financeiro, objetivando promover oportunidades de crescimento e inserção positiva desses jovens no mercado de trabalho,

os tornando mais competitivos. Assim sendo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi criado pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, no Brasil.

Por conseguintes, entre os seus resultados, o ProJovem tem impactado positivamente a sociedade brasileira, proporcionando maior capacitação aos jovens, ampliando seu poder de compra por meio de cursos profissionalizantes e gerando mais oportunidades de trabalho. Como resultado, observa-se uma redução significativa na ociosidade entre os jovens, contribuindo para um cenário mais produtivo e economicamente ativo.

Logo, o ProJovem impacta positivamente ao ampliar acesso à educação de qualidade, erradicar o analfabetismo e preparar jovens para o mercado de trabalho. Ao gerar emprego e renda, promover uma vida saudável e democratizar o acesso ao esporte, lazer, cultura e tecnologia, o programa fortalece as comunidades. Por fim, ao estimular a cidadania e promover direitos humanos, contribui para uma participação social ativa, melhorando a qualidade de vida em áreas rurais e comunidades.

No que tange os principais indicadores do ProJovem, ressaltam o aumento de jovens ociosos, apesar dos esforços do programa, aponta para possíveis lacunas na sua eficácia em manter o engajamento dos jovens que fazem parte do programa.

Coadunando-se com isso, a persistência de altas taxas de desemprego entre a população jovem traz a reflexão sobre a possibilidade das iniciativas de preparação para o mercado de trabalho podem não estar alinhadas adequadamente com as demandas do setor.

Em sequência, a instabilidade econômica e social, embora multifatorial, destaca a necessidade de estratégias mais robustas para garantir uma transição suave dos jovens para a vida adulta. Com isso, a falta de perspectivas para os jovens, em última análise, pode ser atribuída à complexidade dos desafios estruturais que afetam a juventude, demonstrando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e adaptativa, o ProJovem precisa desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios estruturais que afetam a juventude.

A análise do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é realizada por meio de diversas fontes de dados confiáveis e especializadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

contribui com avaliações críticas e análises de impacto, fornecendo uma perspectiva econômica abrangente sobre o programa.

O Ministério da Educação (MEC) desempenha um papel central na avaliação do desempenho acadêmico do ProJovem, enquanto órgãos em prol da educação de todos os entes oferecem insights valiosos sobre a implementação e os resultados a nível estadual e municipal.

Além disso, dados demográficos e sociais relevantes são fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo uma compreensão mais ampla dos impactos do ProJovem em diferentes contextos. A convergência dessas fontes de dados oferece uma base sólida para uma avaliação abrangente e informada do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

A análise do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) envolve diversos órgãos responsáveis pela coleta e interpretação de dados em diferentes esferas. Em nível federal, o órgão responsável pela análise de dados é crucial para a avaliação global do programa, fornecendo uma visão abrangente do seu desempenho e eficácia em todo o país.

Nas esferas municipal e estadual, as secretarias encarregadas da execução do programa desempenham um papel essencial na análise de dados específicos dessas localidades. Essas secretarias atuam como elo direto entre as instâncias federal e local, garantindo a contextualização adequada dos resultados e permitindo adaptações conforme as necessidades regionais. A colaboração entre esses diferentes níveis de governo é fundamental para uma análise completa e significativa do ProJovem, considerando as particularidades de cada região e garantindo a efetividade do programa em todo o território nacional.

O ProJovem utiliza uma metodologia abrangente, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. A pesquisa qualitativa oferece insights detalhados das experiências individuais, enquanto a quantitativa fornece dados estatísticos para análises abrangentes. Essa combinação metodológica permite uma avaliação holística do programa, capturando tanto as histórias individuais quanto os padrões gerais. Essa abordagem diversificada é essencial para uma compreensão completa dos impactos do ProJovem e orienta melhorias contínuas.

O ProJovem desempenha um papel crucial na redução do número de jovens ociosos, conhecidos como "geração nem nem". A iniciativa aborda esse desafio ao oferecer oportunidades educacionais

e profissionalizantes, capacitando os jovens para ingressarem no mercado de trabalho. O indicador de evasão escolar entre jovens é monitorado pelo programa, visando combater esse problema e incentivar a permanência no ensino fundamental.

Por conseguinte, as perspectivas trabalhistas para jovens entre 18 e 29 anos são abordadas pelo ProJovem, que oferece formação educacional e cursos profissionalizantes para melhorar a empregabilidade dessa faixa etária. O programa é importante porque não apenas aborda a ociosidade, mas também promove inclusão social e prepara os jovens para desafios futuros.

Logo, o público-alvo entre 18 a 29 anos é priorizado pelo ProJovem devido a essa faixa etária ser crucial para a transição para a vida adulta, momento em que os jovens enfrentam desafios significativos na educação e inserção no mercado de trabalho. A distribuição do auxílio de R\$100,00 (cem reais) busca apoiar financeiramente os participantes durante o programa, considerando suas necessidades e incentivando a participação.

No mais, diversas frentes de trabalho são exploradas pelo ProJovem para ampliar as oportunidades de emprego para jovens. Os cursos de capacitação oferecidos abrangem áreas variadas, permitindo aos jovens escolherem programas que estejam alinhados com suas habilidades e interesses, aumentando suas chances de sucesso no mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto, o ProJovem segue sendo uma política pública que auxilia bastante o seu público alvo, mas deve ser constantemente avaliado e analisado no que tange a sua eficácia, considerando as demandas atuais de mercado. No mais, é importante pontuar que a Geração Z está se distanciando no escopo do programa, dada a faixa etária de muitos que estão se aproximando dos 30 (trinta) anos.

Com isso, é necessário analisar a nova Geração Alpha, bem como coletar dados e informações do que funcionou ou não funcionou com a Geração Z, visando a aprimoração do ProJovem. No mais, o Brasil segue sendo um país de difícil análise do impacto do ProJovem, considerando que, mesmo analisando com métodos combinados, qualitativos e quantitativos as políticas públicas, existem desigualdades sociais e abismos profundos que, mesmo com grupos de faixa etária e declaração

de renda familiar semelhantes, analisa-se dinâmicas internas que, infelizmente, quase nenhuma pesquisa consegue captar.

Porém, tais análises não devem ser fatores que corroboram para uma possível extinção do ProJovem, de forma alguma. Tais políticas públicas são importantes, pois muitas vezes alcançam jovens sem perspectivas, sem possibilidades, flertando com o universo criminoso que parece muitas vezes fácil e tentador. Logo, é importante cada vez mais a interiorização, bem como a integração de todos os entes a União, Estados e Municípios, visando uma implementação mais eficiente, considerando que o Município possui condições maiores de se aproximar do jovem que necessita da política pública, bem como a União é o maior potencial de financiamento da Política Pública, com o auxílio do Estado.

Com isso, será possível a melhoria dos indicadores, analisando os acertos e erros, bem como implementar melhor o ProJovem para a redução ao menos de um “nem”, considerando que se espere uma alternância entre os nem, fazendo com que, analogicamente a Tabela Verdade e as disposições da Língua Portuguesa, este jovem trabalhe ou estude, bem como, No melhor dos cenários, com este jovem trabalhando e estudando, retirando essa máxima do “Nem Nem” em uma fase tão difícil, com demasiadas incertezas, que ocorra a diminuição pelo menos das adversidades econômicas e sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º jul. 2005. Seção 1, p. 1.

Camarano, Ana Amélia; Kanso, Solange. **“O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?”**. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília: Ipea, n. 53, 2012.

Cardoso, Adalberto. **“Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação”**. Caderno CRH, v. 26, n. 68, 2013, pp. 293-314.

Costa, Joana Simões de Melo; Ulyssea, Gabriel. **“O fenômeno dos jovens nem-nem”**. In: Corseuil, Carlos Henrique L.; Botelho, Rosana Ulhôa. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea , 2014.

Monteiro, Joana. **Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho**. Texto para discussão, FGV/Ibre, n. 34, 2013.

Rocha, Enid; Andrade, Carla Coelho de. **“A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades”**. In: Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C. de; Andrade, Carla Coelho de (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea , 2009.



Artigo recebido: 25.01.2024

Artigo publicado em: 30.06.2024